



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XIV
COLEGIADO DO CURSO DE LETRAS, HABILITAÇÃO EM LÍNGUA
PORTUGUESA E LITERATURAS - LICENCIATURA

CARLA TAMILLIS SANTOS DE JESUS

A PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA NAS ESCOLAS ESTADUAIS EM
RIACHÃO DO JACUIPE

Conceição do Coité

2016

CARLA TAMILLIS SANTOS DE JESUS

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA NAS ESCOLAS ESTADUAIS EM
RIACHÃO DO JACUIPE**

Monografia apresentada ao curso de Letras, com Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas-Licenciatura, do Departamento de Educação, Campus XIV, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como parte do processo avaliativo para obtenção de nota do grau de Licenciada em Letras.

Orientadora: Profa. Maria Cezarela Oliveira de Carvalho.

Conceição do Coité
2016

Dedico este trabalho ao meu avô, *in memoriam*,
minha maior saudade. E a minha mãe pela
intensa dedicação e apoio, pois por muitas vezes
deixou de lado seus sonhos para acreditar nos
meus.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar presente em todos os momentos da minha vida e por nunca ter me deixado desamparada nos momentos de dificuldades.

Aos meus pais, Regina e Carlos, pelo amor, compreensão e pelo suporte durante esse período de graduação. Obrigado mãe pelas tuas orações.

A minha irmã Marília, quase gêmea, que sempre esteve comigo nessa caminhada, que me ajudou nos momentos difíceis. Obrigado, meu amor! Eu só sei que te amo e não existiriam aqui, palavras que definissem o quão grande é o meu amor por ti.

Ao meu namorado Rodrigo, pela ajuda constante, por não medir esforços para me ver realizada. Obrigado por estar comigo e pela sua ternura durante esse período, demonstrando sempre compreensão e carinho.

A minha família, especialmente as minhas avós Angelina e Florizete, por sempre me conduzirem no caminho do bem, mostrando-me que com esforço conseguimos os nossos objetivos. Obrigada por suas orações!

Aos meus colegas, em especial a Cleide, minha dupla da graduação, pelas palavras amigas, a Núbia e Lazaro por estarem sempre comigo nessa jornada.

A minha orientadora, Maria Cezarela, pela pessoa humana que é. Por aceitar-me e por me ajudar a tornar essa monografia real.

Aos meus professores, pela ampliação dos meus conhecimentos, em especial ao professor Paulo de Tarso por tornar a batalha árdua do TCC mais amena.

Aos meus alunos e colegas do PIBID e aos meus alunos do Colégio Super Aprovado, obrigado pelas experiências e aprendizados.

Aos que me acompanharam indo e vindo, neste trecho da BA 120, Riachão – Conceição do Coité. Foi difícil, mas cheguei até aqui!

Aos sujeitos desta investigação pela contribuição.

Enfim, a todos aqueles que passaram por mim nessa caminhada, seja com palavras, gestos, acolhimento ou orações. Foi difícil e árdua, mas valeu a pena!

(...) Gente que sonha junto
Gente que brinca e briga e se zanga e
perdoa
Um sentimento forte mais forte que a
morte
Nos faz ser amigos no riso e na dor
Vidas que fluem juntas
Rios que não confluem, mas vão
paralelos
Aves que voam juntas e sabem que um
dia
Por força da vida não mais se verão
Resta apenas o sonho que a gente
viveu
Meus amigos e minhas amigas e
eu!(...)
(Pe. Zezinho)

RESUMO

O presente trabalho apresenta a prática pedagógica inclusiva, no município de Riachão do Jacuípe- Ba. Tem como objetivo principal compreender quais os desafios da prática inclusiva em Riachão do Jacuípe. Desse modo, busco investigar Quais os principais desafios que os professores da educação regular encontram na prática pedagógica inclusiva? Os docentes recebem capacitação para esse trabalho inclusivo? Os professores de Riachão do Jacuípe estão preparados para o trabalho pedagógico com alunos com necessidades específicas? Dessa forma, o estudo baseia-se nos fundamentos teóricos de Carvalho (2008) Ferreira e Guimarães (2003), Filho (2003), Mantoan (1997), Mazzotta (2001), Motta (1997), Souza (2013), dentre outros, para discussão sobre qual o conceito de inclusão, como foi a evolução histórica das leis educacionais brasileiras, na área da educação inclusiva, como vem sendo realizada essa proposta no município em estudo. Apoiou-se na abordagem qualitativa, através da realização de pesquisa de campo com professores e alunos do Ensino Médio e professores de Atendimento Educacional Especializado. Tomou-se como instrumentos de pesquisa, para a coleta de dados, e posterior análise, entrevistas semiestruturadas. Os resultados de tal estudo mostram que a escola pesquisada vem tentando realizar a inclusão, mas ainda tem algumas coisas a serem feitas para que a educação aconteça efetivamente. Os professores ainda encontram muitas dificuldades, pois o número significativo de alunos por turma dificulta o trabalho do professor e ainda falta capacitação profissional para atender a demanda dos alunos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva – Prática – Desafios

Sumário

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I	12
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: OS AVANÇOS E RETROCESSOS DAS LEIS EDUCACIONAIS.	
1.1 A função social da escola no desafio de educar os especiais.....	17
CAPÍTULO II	21
OS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE RIACHÃO DO JACUÍPE – O PAPEL DO ESTADO NA LUTA PELA INCLUSÃO.	
2.1 Seleção da escola.....	21
2.2 A escola pesquisada	21
2.2.1 Os professores	23
2.2.2 Os alunos	24
2.2.3 O município.....	24
2.2.4 O atendimento educacional especializado	25
2.3 De quem é o papel?.....	25
METODOLOGIA	26
CAPÍTULO III	29
INCLUSÃO NA SALA DE AULA: ANÁLISE INTERPRETATIVA	29
3.1 O olhar dos professores.....	29
3.2 O olhar dos alunos	33
3.3 A visão do professor de atendimento educacional especializado.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	

INTRODUÇÃO

A proposta de pesquisar sobre a prática pedagógica inclusiva é uma questão que não é nova, mas se tornou o alvo das intenções quando se refere à Educação Inclusiva. Isso ocorreu, sobretudo, por causa das várias transformações que aconteceram no cenário educacional. No entanto, uma boa parcela dos professores encontra-se despreparada e, por isso, enfrenta grandes desafios em sala de aula da sociedade atual. Dessa maneira, percebemos que é necessário haver mais estudos voltados para discussão sobre a construção de propostas pedagógicas de alunos com necessidades específicas, que priorizem atividades que englobem todos os alunos, mas que não desconsiderem suas características intrinsecamente ligadas às necessidades especiais e aos diversos campos da atividade humana.

Nessa perspectiva, a prática inclusiva surge como à classe heterogênea, onde alunos com diferenças convivem e aprendem de acordo com as suas especificidades. Visto que a partir daí existe a necessidade de pensar em um novo modelo educacional, que possa incluir esses alunos com necessidades específicas.

Assim sendo, este trabalho busca compreender como se dá o processo pedagógico e a realização de atividades didáticas, em torno dessa perspectiva inclusiva, visando acompanhar os alunos, em uma classe regular de escola pública.

Nesse sentido, pretende-se discutir sobre as seguintes inquietações: Quais os principais desafios que os professores da educação regular encontram na prática pedagógica inclusiva? Os docentes recebem capacitação para esse trabalho inclusivo? Os professores de Riachão do Jacuípe estão preparados para o trabalho pedagógico com alunos com necessidades específicas?

A escolha pelo tema justifica-se pelo fato da educação inclusiva ser hoje um desafio a ser enfrentado dia após dia para os profissionais da Educação. Pois, os professores precisam atender esses alunos com qualidade, mas temos que ter condições e formação profissional também, para que os objetivos sejam alcançados. Outra razão que justificaria a escolha da prática pedagógica inclusiva, visando ao desenvolvimento da teoria e prática sobre a educação para alunos com necessidades específicas, no cenário das escolas públicas. Além disso, a carência

de pesquisa no município em que o estudo foi realizado que aproximem a realidade das instituições básicas com os futuros professores em formação.

Sendo assim, o ensino nas instituições universitárias não pode acontecer dissociado da realidade das escolas regulares de educação básica. E a inclusão é uma grande aliada da educação contemporânea e do professor, que precisa reconhecer o papel e a influência de uma educação igualitária na formação de seus alunos, pois, uma educação de qualidade perpassam valores éticos, políticos e ideológicos que precisam ser considerados para uma boa formação.

Este estudo sobre prática inclusiva é tecido por reflexões de teóricos como: Carvalho (2008) Ferreira e Guimarães (2003), Filho (2003), Mantoan (1997), Mazzotta (2001), Motta (1997), Souza (2013).

Constitui-se como proposta de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, organizadas com base numa metodologia de cunho qualitativo, tomando como instrumento de pesquisa entrevistas semiestruturadas. A entrevista semiestruturada, uma das formas para se coletar dados caracteriza-se como uma técnica flexível, ajustável, de acordo às circunstâncias, mesmo o entrevistador tendom roteiro previamente planejado, visando à boa condução do diálogo, de modo que não se distancie dos objetivos e problema da pesquisa.

Este trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro, intitulado *História da educação especial e Políticas Educacionais no Brasil: Os avanços e retrocessos das leis educacionais brasileiras*, apresenta o histórico da educação especial e um estudo sobre os avanços e retrocessos das leis educacionais no Brasil. O segundo, *Os sujeitos da educação especial nas escolas estaduais de Riachão do Jacuípe – O papel do Estado na luta pela inclusão*, trata da seleção da escola, da estrutura física da instituição, do perfil dos professores e dos alunos, das demandas do município, do atendimento educacional especializado e do papel de cada um na busca por uma educação inclusiva e da metodologia da pesquisa. E o terceiro, *Inclusão na sala de aula: análise interpretativa*, apresenta a análise dos dados, colhidos nas entrevistas com os professores e alunos, e os resultados obtidos, comentando-se os depoimentos acerca da inclusão na escola pesquisada.

Nas considerações finais, discorre-se sobre as conclusões a respeito da educação inclusiva nas escolas públicas, a partir das vozes dos sujeitos

entrevistados, tecendo-se comentários sobre a prática significativa em torno de atividades didático-pedagógicas com alunos com necessidades específicas.

Essa pesquisa é muito importante para se compreender melhor o problema proposto na investigação. Dessa forma, houve uma reflexão crítica, que permitiu se fazer um paralelo entre a teoria sobre inclusão e as experiências relatadas pelos professores.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: OS AVANÇOS E RETROCESSOS DAS LEIS EDUCACIONAIS.

A História da Educação Especial no Brasil inicia-se no século XIX, nesse período as implementações foram iniciativas oficiais e particulares de alguns educadores pelo atendimento dos especiais.

No século XIX a educação especial não estava inserida no nosso sistema educacional foi necessário, o passar de um século, para que a Educação Especial fizesse parte do sistema educacional do país, isso aconteceu no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta.

Segundo Mazzotta (2001) na primeira metade do século XX havia no Brasil quarenta estabelecimentos de ensino regular que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial, esses mantidos pelo poder público, Federal e Estadual.

A história da Educação Especial encontra-se dividida em três grandes períodos:

Período de 1854 a 1956 – Marcado pelas iniciativas particulares

Período de 1957 a 1993 – Iniciativas oficiais no âmbito nacional

Período a partir de 1993... - Marcado pelos movimentos em favor da inclusão escolar.

No primeiro período priorizou-se o atendimento clínico, neste momento foram fundadas instituições como Instituto Nacional de Surdos – INES em 06 de julho de 1957, essa instituição priorizava a “educação literária” e o ensino profissionalizante de meninos “surdos – mudos”, com faixa etária de 07 a 14 anos.

A primeira instituição para pessoas especiais foi o Instituto Benjamim Constant – IBC, essa instituição editou em Braile a Revista Brasileira para cegos, essas publicações eram restritas a alunos do instituto, porém sua divulgação foi

positiva e em 1949 passou a ser distribuída gratuitamente a todas as pessoas que solicitasse.

No segundo período, o atendimento educacional aos excepcionais foi assumido, a nível nacional pelo governo Federal com a criação das “Campanhas”, voltadas especificamente para atender a cada uma das deficiências. A primeira Campanha a ser fundada foi a C.E.S.B – Campanha para a educação do Surdo Brasileiro, logo depois foi instituído o INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos, instalada no Rio de Janeiro.

Em 1960, outra campanha foi criada, porém esta influenciada pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Rio de Janeiro, a Campanha era a CADEMA – Campanha Nacional de Educação e reabilitação de Deficientes Mentais. Todas as Campanhas tiveram a sua importância, mas vale ressaltar que a CADEMA foi a primeira campanha que foi influenciada pela APAE, instituição na qual os pais estavam na composição. A família é importante em todas as etapas, mas na fundação desta campanha, elas tiveram a iniciativa de buscar mais direitos para os seus filhos.

Em 15 de março de 1990, as atribuições relativas a Educação Especial passaram a ser da Secretária Nacional de Educação Básica – SENEb, as suas competências estavam em propor ao Ministro do Estado, a política e as diretrizes para o desenvolvimento da educação básica e especial.

Um dos maiores avanços da década de 90 foi a criação de uma secretária para a educação básica e a educação especial, no final de 1991 a coordenação de Educação Especial foi desativada, porém em 1992, após a queda do Presidente Fernando Collor de Mello, os ministérios passaram por uma reorganização e nesta nova etapa reapareceu a Secretária de Educação Especial – SEESP, como órgão do ministério da Educação.

Em 3 de julho de 1993 foi criado o CENESP – Centro Nacional de Educação Especial, esse tinha como objetivo a expansão e a melhoria do atendimento dos excepcionais. Com a criação do CENESP foram extintas a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais e a Campanha Nacional de Educação de cegos.

O CENESP tem por finalidade planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da Educação Especial no período pré-escolar, no ensino de 1º e 2º graus, superior e supletivo, para os deficientes de visão, da audição, mentais, físicos, portadores de deficiências múltiplas, educando com problemas de conduta e os superdotados, visando à sua participação progressiva na comunidade, obedecendo aos princípios doutrinários, políticos e científicos que orientem a Educação Especial (MAZZOTTA, 2001, p. 56) .

Ainda em 1993, a CORDE – coordenadoria Nacional para a Interação da Pessoa com deficiência ganhou visibilidade. Essa coordenadoria era responsável pela elaboração de planos, programas e projetos, voltada para a implantação da Política Nacional para Integração das Pessoas Portador de Deficiências.

A portaria nº 2.678/02 do MEC aprova diretrizes e normas para o ensino, o uso, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo território Nacional.

Outro grande avanço na Educação Especial está nas modalidades de comunicação e acessibilidade. Em 24 de abril de 2002 foi editada a Lei nº 10.436 que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, bem como incluir a disciplina de LIBRAS no currículo nos cursos de formação de professores e fonoaudiologia. E em 27 de junho de 2005 foi estabelecida a Lei 11.126, que dispõe o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão guia.

Em julho de 2008 foi aprovada a convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e promulgada em 25 de agosto de 2009. Essa convenção deixa um marco nas Políticas Públicas e nos movimentos de pessoas com deficiência. Nesta convenção foi extinto os termos, “deficiente”, “portador de deficiência”, “portadores de necessidades especiais”, sendo substituídos pela expressão pessoa com deficiência, destacando a pessoa em primeiro lugar.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo, o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de alunos com necessidades especiais, orientando os sistemas de ensino a garantir aos alunos: Transversalidade da Educação Especial desde a educação infantil até o nível superior, atendimento educacional especializado,

sempre que necessário, formação de professores de atendimento especializado e demais profissionais da instituição, fortalecendo a inclusão escolar.

Participação da família e da comunidade e acessibilidade urbanística, dos mobiliários, nos transportes na comunicação e na informação. Faz-se necessário essa articulação, pois esses alunos precisam manter-se na escola, mas precisa de garantias para chegar até a instituição por meio dos transportes e precisam comunicar-se, os professores e a comunidade escolar precisam está aptos a comunicação com esse aluno.

As políticas públicas têm permitido uma extensão da inclusão de alunos especiais no ensino regular. É perceptível um avanço na quantidade de alunos matriculados nas escolas públicas ou privadas, da educação básica. A família tem percebido que é direito do aluno com necessidades especiais, estudar no ensino regular. Estarem matriculados e receberem o suporte que for necessário para a permanência deste na escola.

O contexto educacional inclusivo tem grandes mudanças a partir da publicação de alguns documentos internacionais e nacionais, entre eles, encontram-se a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras com Deficiência (2006), A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

No Brasil o marco desta disseminação está na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Segundo a LDB artigo 58:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

O aluno matriculado nesta modalidade de educação escolar, segundo a LDB não fica desamparado ,quando necessário o aluno receberá atendimento especializado, para atender as suas necessidades. Outra garantia que este aluno tem é o direito ao ensino gratuito, é dever do Estado esta garantia. E não faz-se necessário que o aluno já esteja com uma idade avançada. Segundo a LDB:

“Oferta de educação especial, dever constitucional do Estado tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil”

Foi perceptível no Brasil, o aumento do número de alunos com deficiência matriculados nas escolas regulares em várias modalidades de ensino, desde a Educação Infantil ao Ensino Superior. Segundo os dados do Censo Escolar/ 2006

Registram a evolução de 337.326 matrículas em 1998 para 700.624 em 2006, expressando um crescimento de 107%. No que se refere à inclusão em classes comuns do ensino regular, o crescimento é de 640%, passando de 43.923 alunos incluídos em 1998, para 325.316 alunos incluídos em 2006.

Ainda segundo dados do censo, os dados abaixo, mostram a quantidade de matrículas por nível escolar em 2006:

112.988 (16%) são na educação infantil, 466.155 (66,5%) no ensino fundamental, 14.150 (2%) no ensino médio, 58.420 (8,3%) na educação de jovens e adultos, 46.949 (6,7%) na educação profissional (básico) e 1.962 (0,28%) na educação profissional (técnico). [...] O Censo das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na educação superior registra que, entre 2003 e 2005, o número de alunos passou de 5.078 para 11.999 alunos.

Esse número significativo nas matrículas mostram o avanço que a educação especial vem tendo no espaço escolar faz-se necessária agora estrutura das instituições para que esses alunos mantenham-se permanentes na escola. Temos políticas públicas que garantem o direito, mas precisamos de estruturação e apoio as famílias para que os alunos matriculem-se, permaneçam e se desenvolvam na escola.

Como já foi visto e ressaltado pela LDB, a oferta da educação especial têm início de zero a seis anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente fortalece esse direito. No artigo 54, III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

È através desses documentos que as famílias encontram suporte para matricular essas crianças em escolas regulares. É importante essa matrícula até os seis anos de idade, porque garante que a criança vá convivendo com outras, e sempre que necessário o aluno com necessidades especiais tem direito a atendimento especializado, dentro da própria instituição de ensino.

Essa oferta na rede regular de ensino é dever do estado, o mesmo deve apresentar políticas, que sejam benéficas para toda população, não apenas para uma parte, é preciso que as garantias da educação inclusiva cheguem a todas as escolas, para que todos tenham o mesmo direito.

1.1 A função social da escola no desafio de educar os especiais.

A instituição escolar é um espaço onde os alunos recebem além de conteúdos, apoio para as suas necessidades, sejam elas físicas ou de aprendizado ou qualquer outra que possa está presente no educando. É na escola que os sujeitos encontram suporte para alimentar os sonhos e levar a carreira discente com entusiasmo e prazer.

Na contemporaneidade é preciso que a escola valorize a diversidade do seu alunado, numa perspectiva inclusiva que valoriza as diversas formas de aprendizagem. Com tudo para que este espaço escolar seja caracterizado como um espaço inclusivo é preciso romper com os obstáculos físico-sociais e pedagógicos presentes em algumas instituições.

Na educação especial a instituição escolar mantém essas características, no educar alunos especiais a escola deve está apta a fazer os diálogos necessários para que os alunos tenham seus direitos garantidos, é através desse diálogo que a sociedade e o apoio pedagógico estarão disponíveis sempre que necessário, a pessoa com necessidades especiais deve movimentar-se na escola como qualquer aluno, porém quando este precisa de um apoio além do professorado da escola é a instituição que assume esse papel.

Fazem-se necessárias instituições que além de acadêmicas tenham em seus representantes, pessoas humanas, que respeitem e que busquem suporte, quando assim for preciso, para que os alunos especiais encontrem-se cada vez mais inseridos e movimentem-se como todos os alunos, não só no sentido físico, mas nas realizações estudantis.

A educação especial é um avanço na Educação Brasileira, e para sua expansão depende das instituições, da família, da sociedade, todas com a sua parcela de contribuição, juntas buscando por um modelo educacional, onde todos lutam pela valorização e inserção dos especiais da comunidade escolar. Uma escola inclusiva é

construída da participação de um conjunto em prol de uma unificação, é preciso que a escola tenha recursos, mas é preciso também que tenha participação da comunidade como expressa a declaração de Salamanca.

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (UNESCO, 1994, p.11; 12)

Assim percebe-se que a escola deve reconhecer as necessidades dos alunos, a instituição não assume esse papel de educar os especiais, isoladas das outras instituições, é preciso um apoio para que os objetivos da Educação Inclusiva sejam conquistados e os alunos continuem conquistando o direito de uma escola de qualidade, para todos.

O ambiente físico onde os educandos movimentam-se é de fundamental importância, pois quanto mais o aluno sente-se a vontade mais terá garantias de uma educação prazerosa. O ambiente escolar influencia no comportamento e é também influenciado por ele, quando os alunos estão satisfeitos com a instituição e com o que esta proporciona na sua formação esse aluno será um aluno muito mais atencioso, e comprometido com o ambiente escolar. Vygotsky e Piaget em seus estudos do desenvolvimento do ser humano deram grande atenção à relação do homem com o ambiente em que está inserido. Um priorizava as interações sociais, considerando-as capazes de promoverem o desenvolvimento e o outro priorizava a maturação das estruturas mentais e o contato físico, estabelecendo relações entre o raciocínio e as propriedades físicas. Assim ambos os escritores contribuíram para os estudos do ambiente na formação dos indivíduos.

Essa relação de homem/ ambiente é também visível na perspectiva da escola na sua função de educar as pessoas especiais, além de preparar os alunos para vida social e profissional fora da escola, também oportunizam outros alunos a

conviverem nos mesmos ambientes que esses alunos especiais, fazendo com que eles convivam com uma grande quantidade de diferenças.

A inclusão é, pois, um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. (MANTOAN, 1997, p. 120)

Assim, essa escola deve passar por uma modernização, onde a inclusão passa a ser algo do cotidiano daquele espaço e de todos que nele convivem, professores e práticas pedagógicas bem definidas e estruturadas, permitem aos sujeitos inseridos uma maior afinidade com o ambiente e com o estudo em foco que é a inclusão.

Uma escola inclusiva não acontece apenas colocando o aluno na escola, faz-se necessário planejamento e estrutura, porque essas instituições além de permitirem conhecimento aos alunos especiais essas também são fundamentais na construção da auto-estima e na construção da identidade desses alunos. Estudar em uma escola inclusiva, além de garantir os direitos fundamentais ao ser humano que é o de aprender e ter ensino gratuito permite aos alunos inserção na comunidade escolar e convívio pleno com outros colegas, que não são pessoas especiais, mas que são tratados da mesma forma em um mesmo lugar.

A escola passaria a ser um entrave na educação se deixasse de cumprir sua função educativa e social, se o aluno especial está na escola, mas permanece esquecido pela escola e se ele não consegue estudar como os outros, nesse momento o ambiente escolar deixa de ser algo prazeroso e passa a ser um problematizador, pois a escola como ambiente social e como instituição educacional precisa tratar os alunos da mesma forma, buscando recursos apenas quando necessário. Só é possível de acontecer inclusão na educação se os alunos especiais não forem tratados com indiferença dos alunos “ditos normais”.

A instituição escolar é reprodutora de conhecimento, de cultura e de formação dos indivíduos. Segundo Motta (1997, p. 75), a educação é “a manifestação cultural que, de maneira sistemática e intencional, forma e desenvolve o ser humano”. Então entende-se que faz parte do processo educacional o desenvolvimento cultural, social e intelectual do ser humano, na educação inclusiva, os alunos estão na escola em

busca desse desenvolvimento presente na educação, é função social da escola, participar do desenvolvimento de todos os alunos nesses vários segmentos.

Assim percebe-se que a educação inclusiva e que o ensinar alunos especiais, acontece dentro e fora das instituições, faz-se necessário que essa prática inclusiva ultrapasse o ambiente escolar e esteja presente em toda sociedade, pois com a inclusão acontecendo na escola e além dela, os sujeitos inseridos estarão mais participativos em toda comunidade, é preciso que a inclusão aconteça dentro da escola, principalmente, pois é o espaço onde a instituição e o professorado deve está preparado para atender a demanda da inclusão, mas que o conteúdo e que o desenvolvimento desses alunos esteja visível para toda sociedade e que eles se movimentem na comunidade como todos os outros alunos, ricos em conteúdo, em cultura e principalmente com auto-estima e com a sua identidade definida.

Capítulo II

OS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE RIACHÃO DO JACUÍPE – O PAPEL DO ESTADO NA LUTA PELA INCLUSÃO

2.1 Seleção da escola

Dentre as três escolas estaduais do município de Riachão do Jacuípe, foi selecionada uma escola que dominar-se-á Escola X , as demais escolas não possuem atendimento especializado e só possuem poucos alunos com deficiência matriculados.

É oportuno ressaltar que a disposição para responder os questionários foi de 50% dos professores, a mesma disponibilidade também aconteceu com os professores de Atendimento Educacional Especializado e os alunos especiais. Foi esclarecido para os participantes que em momento algum a instituição, os profissionais ou os alunos teriam seus nomes revelados, o que deixou os envolvidos na pesquisa mais abertos para responder ao questionário.

2.2 A escola pesquisada

A escola pública da rede estadual, do município de Riachão do Jacuípe, localizado no estado da Bahia situado a 186 km de distância da capital estadual. Fica as margens do rio Jacuípe e tem como principal rodovia a BR 324.

A estrutura física da instituição é composta por três pavilhões. Possui uma quadra poliesportiva coberta. O primeiro pavilhão, mais antigo, é formado por salas dispostas bilateralmente, ao longo do corredor. Toda a parte administrativa da escola concentra-se aí. Nesse também se encontra sanitários.

Para ter acesso ao segundo pavilhão, que fica em um terreno mais baixo, tem uma ligação através de uma escada de quatro degraus e rampas. Esse pavilhão é composto por sala de aula, um auditório e sanitário, e duas salas em anexo ao pavilhão, separadas das demais. As salas são concentradas de forma frontal, com um pátio no centro.

Quanto ao mobiliário, faz-se necessária uma reformulação, pois os móveis não são adequados para alunos com deficiência, o acervo bibliográfico da escola é um dos mais completos do município. Também não têm material didático adequado para alunos com deficiência. [máquinas braille, lupas com luz, lupa manual, telelupa, luminárias, tábuas de apoio para leituras] A escola possui vários aparelhos midiáticos, têm som, DVD, televisores em todas as salas, computadores, retroprojetores, esses equipamentos estão disponíveis nos dois pavilhões, na sala de vídeo e no auditório, no primeiro e no segundo respectivamente.

O espaço físico escolar é de grande importância na aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos, uma escola inclusiva, deve começar pelo fácil acesso dos alunos deficientes aos vários setores da escola.

Ressaltando, que a escola é o lugar onde os alunos passam grande parte do tempo. Logo, deve estar adequada para os alunos se sentirem confortáveis.

A escola pesquisada tem uma estrutura física que garante a acessibilidade dos alunos, rampas nas portas laterais e um banheiro adaptado com apoio lateral para cadeirantes, porém o mobiliário é o mesmo para todos os alunos, não existe mobiliário adequado e nem materiais pedagógicos.

O papel da escola é fundamental para o aprendizado e para facilitação da inclusão, COLL, César et al 2004, p.43, afirma que: “Quando uma escola estabelece entre seus objetivos prioritários a inclusão de todos os alunos fica mais simples transferir a estratégia posteriormente à prática educativa nas salas de aula”.

As atividades extracurriculares da escola também devem ser organizadas com o objetivo de que todos os alunos participem, que as atividades sejam planejadas de acordo com as experiências de todo alunado e com conhecimento prévio das limitações dos alunos.

Para desenvolver práticas pedagógicas inclusivas (e que vão além do que acontece no interior das salas de aula), toda a comunidade de aprendizagem que a escola é mobiliza recursos, sejam os internos ou das comunidades locais, objetivando sustentar a aprendizagem e a participação ativa de todos, sem privilégios ou discriminações. (CARVALHO, 2008, p.63)

A escola pesquisada realiza atividades extracurriculares, e os alunos que possuem deficiência participam efetivamente dessas atividades, tantos os alunos que estudam pela manhã, que tem acompanhamento com o profissional de

atendimento especializado, como os do noturno que não tem esse acompanhamento.

2.2.1 Os professores

Os professores que atuam na educação regular, que tenham alunos com deficiência na sua classe, devem estar preparados para esse trabalho, a formação do professor é contínua e deve começar na graduação, com o propósito de atender as necessidades de cada educando. Visto que a educação inclusiva é "Preparar o aluno para novos conhecimentos e novas tecnologias, além de se preocupar com a sua capacidade de aprender" (FERREIRA e GUIMARÃES 2003, p.137).

Porém, os professores encontram em sala, muitas dificuldades no processo de inclusão. Uma das principais dificuldades é a quantidade de alunos por classe, com um grande número de alunos, dificulta o trabalho do docente, que não pode dedicar-se mais ao aluno deficiente.

Os professores também não participam cursos de capacitação na área inclusiva, o que dificulta o trabalho, pois muitos, não sabem como devem ser as práticas metodológicas a ser aplicadas em cada caso.

Algumas intervenções dos professores podem facilitar a aprendizagem dos alunos com deficiência, o educador deve comunicar-se com os pais e permanecer em contato com os professores de atendimento especializado, para acompanhar o desenvolvimento do aluno no atendimento. Ressaltando, que para o educador fazer esse acompanhamento faz-se necessário um número reduzido de alunos por sala, para o professor acompanhar o desenvolvimento do aluno, sem prejudicar as suas atividades em sala de aula.

Na contemporaneidade muitos profissionais que estão atuando, fizeram a graduação quando na grade curricular da Licenciatura, não tinha disciplinas voltada para práticas inclusivas, e atualmente encontram na sala de aula, alunos deficientes, assim faz-se necessário que a formação de professores seja continuada e que os profissionais de educação tenham o direito de fazer cursos de aprofundamento para trabalhar com alunos deficientes.

2.2.2 Os alunos

Os alunos com deficiência da escola pesquisada estão matriculados no Ensino Médio e apresentam deficiências distintas, são deficiências visuais, auditiva e deficiência intelectual. Na escola ainda tem alunos matriculados com discalculia.

Entretanto só recebem atendimento especializado os alunos matriculados no ensino diurno, os noturnos já não recebem esse atendimento

2.2.3 O município

O Município de Riachão do Jacuípe é referência na Bacia do Jacuípe na educação inclusiva, pois tem salas de recursos para atendimento especializado e dispõe de profissionais que atendem esses alunos nas escolas e nas salas de recursos. O município dispõe de profissionais para atender a demanda de alunos tanto da rede municipal como da rede estadual.

O município tem o CAP (Centro de Apoio Pedagógico), e através deste, os alunos que apresentam deficiência são acompanhados por diversos profissionais, nas áreas pedagógicas e na área da saúde.

Quando os professores notam que algum aluno apresenta algum tipo de transtorno ou deficiência que ainda não foi percebido pelos pais, visto que, são esses profissionais que passam boa parte do tempo com os alunos, os educadores entram em contato com a família, e explicam que através da observação percebeu que o aluno possui algum tipo de transtorno e que deve ser avaliado por um profissional de saúde, deve passar por uma avaliação essencialmente clínica.

Para um diagnóstico preciso o aluno com algum tipo de transtorno deve passar por avaliações de observação com psicólogos, neurologistas, psicopedagogos e professores, depois dessas avaliações são enviados questionários para os pais e professores, depois o aluno é submetido à avaliação psicológica e depois por exames complementares (nutricionais, físicos, psicossociais e de desenvolvimento).

O trabalho do CAP é um trabalho em grupo, o centro atua em conjunto com médicos, professores e a família. Depois de diagnosticado o aluno passa a receber atendimento nas salas de recursos do centro, e passa a ter acompanhamento dos profissionais de atendimento especializado. Esse acontece uma vez por semana, e

as atividades são desenvolvidas de acordo com a deficiência ou transtorno que aquele aluno apresenta. Cada um tem suas atividades diferenciadas, baseadas nas necessidades de cada sujeito.

Os professores do CAP atendem alunos da sede do município e os alunos da zona rural, alunos que estão inseridos na educação básica e alunos que estão matriculados na rede especial.

Nas salas de recursos, os professores de atendimento especializado priorizam atividades que desperte o interesse do aluno em superar as suas limitações, desde o material próprio para cada aluno, até a decoração das salas é baseada em alguma atividade, que ajude o discente. O desenvolvimento de cada um é próprio. Alguns demoram certo tempo para aprender coisas básicas, outras avançam mais rápido.

O relacionamento entre os alunos da escola pesquisada é muito afetuoso, visto que muitos deles são colegas desde as series iniciais, os alunos ajudam os colegas com deficiência na comunicação e no entrosamento, logo que chegam à escola.

2.2.40 atendimento educacional especializado

O atendimento educacional especializado acontece nas salas de recursos e na escola da rede pública pesquisada neste trabalho, o município cede o professor de atendimento especializado, para fazer esse trabalho na rede estadual. O atendimento acontece na terça-feira na escola, é cedida uma sala para que o professor atenda cada aluno. O atendimento é individual e cada aluno fica 50 minutos com o professor de Atendimento Educacional Especializado. Já o aluno do município recebe o atendimento nas salas de recursos em dias e horários fixos, determinados pelo profissional e pelos pais.

2.3 De quem é o papel?

A Educação Inclusiva deve ser um papel de todos da sociedade, visto que quando falamos em inclusão estamos fazendo referência a todos os alunos que, por uma causa ou por outra, tem sido excluídos no contexto escolar.

A Inclusão não deve ser um papel restrito a instituição educacional. Precisamos de famílias inclusivas, escolas inclusivas e sociedade inclusiva.

A proposta inclusiva tem um caráter abrangente envolvendo a família, a sociedade e a comunidade educacional escolar. Trata-se de um enorme desafio, pois vivemos num mundo que tem alcançado notáveis avanços tecnológicos, científicos e culturais que têm provocado novos estilos de vida, outros costumes e formas de organização social e que, paradoxalmente, também têm aumentado os desníveis socioeconômicos entre países e entre as populações de um mesmo país. (CARVALHO, 1998, p 102)

Esses avanços tecnológicos podem ser usados a favor da inclusão e não como mais uma forma de exclusão, faz-se necessário que a sociedade saiba os direitos de cada indivíduo, respeitando as suas limitações, não é papel só do professor, o educador pode garantir que o aluno obtenha conhecimentos e transite no espaço escolar, mas para que esse aluno tenha seus direitos respeitados é necessária uma comunidade consciente dos direitos de cada um.

Quando lutamos por uma sociedade inclusiva, lutamos por melhor qualidade de vida para todos, entendendo-se por qualidade de vida, condições dignas de saúde, moradia, trabalho, estudo e lazer. Para isso, faz-se necessário resgatar o sentido da igualdade de valor entre homens, bem como outros ideais democráticos;

No caso da família, serão tão mais inclusivas quanto melhores forem suas condições de vida, de relacionamento interpessoal, de respeito às diferenças entre seus membros, independentes de serem portadores de deficiência, ou não. (CARVALHO, 1998, p 110)

Assim, para que a escola seja inclusiva faz-se necessário que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional respeitem os alunos com deficiência e façam sua parte para que a escola seja um espaço de integração, e não mais um de exclusão.

METODOLOGIA

O ser docente requer dos envolvidos na prática pedagógica atitudes que vão além da sala, que extrapolem os limites puramente didáticos, principalmente quando se fala de Inclusão. É visível que muitos profissionais, sobretudo da educação básica, não se sentem preparados para a prática pedagógica com alunos especiais e isso influenciou o interesse por esse tema. Com o objetivo de levantar informações sobre a prática pedagógica na sala com alunos especiais e como o atendimento

especializado ajuda diretamente no desenvolvimento dos alunos, elegeu-se o estudo descritivo, por possibilitar uma investigação que baseia-se em dados. A escolha dessa temática justifica-se pela possibilidade de uma coleta de dados e observações de aulas, em salas que há alunos com necessidades especiais; reconhecer os desafios encontrados pelos professores, que tenham alunos com deficiência, na escola regular da rede pública estadual de Riachão do Jacuípe.

A pesquisa é de cunho qualitativo, tomando como instrumento de pesquisa, entrevistas semiestruturadas. A entrevista semiestruturada, é uma das formas de coleta de dados, caracterizada como uma técnica flexível, ajustável, de acordo às circunstâncias e a realidade, mesmo o entrevistador tendo um roteiro previamente planejado, visando à boa condução do diálogo, de modo que não se distancie dos objetivos e problema da pesquisa.

a entrevista semiestruturada fundamenta-se em questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dão frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes.(TRIVIÑOS 1987, p. 146 - apud MANZINI)

Para MANZINI (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada pode fazer o surgimento das informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma uniformização de alternativas. Desse modo, haverá uma interação entre o investigador e o informante, pois devem ser oferecidas ao entrevistado as condições necessárias para a espontaneidade, para que suas informações enriqueçam a investigação.

Baseada em dados e o local de pesquisa foi à própria escola onde os alunos estudam e os professores da educação básica e do atendimento especializado atuam.

Para a realização dessa pesquisa utilizaram-se métodos teóricos, livros que propiciou um conhecimento sobre a prática pedagógica, bem como os seus desafios, e a coleta de dados e a observação das aulas que oportunizaram uma análise da inclusão nesse espaço escolar. Elaboração de um questionário com 14 perguntas abertas, por serem questões direcionadas a prática pedagógica de cada professor da educação básica, para formulá-las buscou-se apoio em teóricos que estudam a pedagogia de professores de alunos especiais. A pesquisa foi realizada

através do contato pessoal, explicando os objetivos da pesquisa e colocando-se a disposição para qualquer esclarecimento, e solicitando a autorização para observar a aula do professor pesquisado.

Os questionários também foram direcionados aos alunos especiais que estão no atendimento especializado realizado na escola, para avaliarem as dificuldades encontradas por eles em sala de aula. Para a sua aplicação, optou-se por uma observação da aula, e foi realizado através do contato pessoal, com a ajuda do professor de AEE (Atendimento Educacional Especializado), explicando os objetivos da pesquisa, traduzindo para os alunos surdos, as perguntas bem como também as respostas.

Os professores de atendimento especializado também responderam um questionário, informando como funciona o atendimento especializado, qual a parceria do atendimento com o professor da educação básica e como é notório o desenvolvimento dos alunos que recebem atendimento.

Após a realização da pesquisa de campo, com as informações obtidas, passou-se para a análise dos dados e a conclusão, etapa final desse trabalho. As entrevistas foram coletadas e transcritas da forma mais fiel possível, respeitando as concepções e as ideias dos sujeitos entrevistados. Por questões éticas, os nomes reais dos participantes da pesquisa foram preservados. Desse modo, os professores foram denominados de P1, P2, P3 e os alunos de Aluno 1, Aluno 2 e o profissional de AEE.

Capítulo III

3. INCLUSÃO NA SALA DE AULA: ANÁLISE INTERPRETATIVA

Em vista do que foi abordado até aqui, este capítulo propõe uma mostra dos resultados sobre a educação inclusiva na sala de aula. Por ser um direito garantido ao aluno, está presente nos currículos educacionais, a inclusão será observada na prática, focando principalmente as aulas de Língua Portuguesa.

Ao longo dos anos, a educação inclusiva nas escolas regulares foi ganhando uma nova roupagem. Diante disso, houve um grande aumento de alunos com necessidades especiais matriculados nas escolas. Nessa perspectiva, entendemos que a disseminação dos direitos e da informação foram fundamentais para que os pais reconhecessem os direitos que os filhos especiais tem. Então, pensando nessa possibilidade, é importante que os professores comprometidos com o desenvolvimento do aluno, trabalhem garantindo a inclusão, a fim de tornar suas aulas acessíveis a todos.

Portanto, para que haja reflexão a respeito da presença ou não da inclusão nas aulas, foi fundamental dar voz a professores e alunos do Ensino Médio.

3.1 O olhar dos professores

Sabe-se que a inclusão é fundamental para tornar a educação igualitária e acessível a todos. As diferenças encontradas no alunado são perceptíveis, as ações dos professores devem atender às necessidades dos alunos, embora esses profissionais encontrem bastantes empecilhos. Eles reconhecem a importância da inclusão, mas encontram dificuldades nas diferenças do alunado. Para Filho (2003, p 167) A diferença é antes de tudo uma realidade concreta, um processo humano e social que os homens empregam em suas práticas cotidianas e encontra-se inserida no processo histórico. Então, sabemos que nas classes regulares os professores encontram bastantes diferenças nos alunos.

Em vista disso, no diálogo realizado com os professores, questionou-se como avaliam a inclusão de alunos com necessidades especiais na escola. Assim eles entendem:

A inclusão é extremamente importante, mas não como vem sendo praticada. A quantidade de alunos por turma inviabiliza uma atenção individual. (P1)

Necessário pela presença de alunos com necessidades especiais, mas a inclusão não ocorre efetivamente (P2)

É de extrema importância a inclusão desses alunos em salas de aulas normais, juntamente com pessoas que não têm nenhum problema. Isso é bom porque um pode ajudar ao outro e facilita a convivência. (P3)

Diante das opiniões acima, percebe-se que todos os professores reconhecem a importância da inclusão. Isso mostra que eles sabem da importância de incluir esses alunos nas classes regulares, embora ressaltem que a inclusão ainda não acontece de forma efetiva. A LDB no. 9.394/96 indica no capítulo V, Art. 59 “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender suas necessidades”. A inclusão está acontecendo de forma gradual, falta organização para a sua efetivação.

Em relação à preparação pessoal do professor para trabalhar com os alunos especiais, a maioria dos professores afirma que não estão preparados:

Não. Não recebemos preparação curricular para esse público (P1)

Não. Infelizmente não temos capacitação para esse público (P2)

Preciso aprender muito a lidar com esses meninos. Hoje já estou melhor, mas os primeiros anos de trabalho com alunos especiais foi muito difícil, porque não entendia o que o aluno falava. Os colegas por terem o convívio desde o primário compreendiam bem melhor do que eu. Hoje depois de alguns cursos e a minha própria prática em sala de aula facilitam o meu trabalho. (P3)

A fala do professor P3 merece um destaque especial, pois percebe-se que ele foi aprendendo gradativamente, e que hoje com a prática já sente-se mais preparado para o trabalho com esses alunos, embora no início tenha aprendido com os próprios colegas que já estudavam com os alunos especiais.

Os professores relatam se já fizeram algum curso de capacitação para trabalhar com alunos especiais:

Não (P1)

Não (P2)

Sim. Um online promovido pela SEC. Tema: Práticas Pedagógicas. Um dos blocos de estudo foi voltado para alunos especiais. (P3)

Entende-se, nas falas acima, que a maioria dos professores nunca participou de curso de capacitação para o trabalho com alunos especiais. Porém, vale ressaltar que o próprio município onde a pesquisa foi realizada oferece cursos de capacitação de LIBRAS e Educação Inclusiva, o que falta pode ser a falta de disponibilidade do profissional. Visto que o Estado não oferece esses cursos deveriam liberar os profissionais de suas atividades, por um dia, para participar dessa capacitação oferecida pela prefeitura do município.

Ainda foi questionado aos educadores sobre as dificuldades que os alunos encontram e o que o professor pode fazer para ajudar na superação.

São muitos alunos por turma e não é possível oferecer a atenção individual que se faz necessário. Infelizmente, o professor pode fazer muito pouco, continuar solicitando a redução de alunos em turmas com jovens especiais. (P1)

Ritmo de estudo e falta de material apropriado e faz-se necessário para superar essa dificuldade que o professor receba capacitação. (P2)

O que dificulta o trabalho é a quantidade de alunos por turma em média 40 alunos. Dificuldades de escrita, leitura, interpretação principalmente. Eles não conseguem avançar da mesma maneira, porque possuem problemas neurológicos, déficit de atenção, outro é surdo.

O professor precisa dar mais atenção a esses alunos, é necessário um acompanhamento com profissionais de saúde especializados, para nos auxiliarem no projeto político pedagógico (PPP) da escola. (P3)

Entende-se que além dos recursos da sala de aula, é fundamental que o aluno com necessidades especiais consiga se locomover dentro da instituição, o trabalho inclusivo não se restringe apenas ao espaço da sala, envolve toda a escola, por esse motivo perguntou-se aos professores como eles qualificam a acessibilidade dos alunos na escola e na sala de aula:

A escola precisa solicitar do governo, material adequado a cada necessidade, oferecendo assim conforto para os mesmos (P10)

Boa (P2)

Precisa melhorar muito, as condições de acessibilidade ainda deixam muito a desejar – Temos aqui banheiro adequado e rampas, mas na sala de aula nada foi feito para que sejam supridas as suas reais necessidades no sentido de mobiliário adequado, para surdos materiais próprios para serem usados em sala. (P3)

Além de todos esses aspectos já citados é importante destacar a relação entre os alunos, como os alunos especiais são recebidos pelos demais nas classes regulares? E a relação entre esses alunos e os educadores? Para os professores participantes da pesquisa:

Para o professor P1, a relação entre professor e aluno é boa, para o P2 relação interpessoal e satisfatória e para o professor P3, a relação é muito boa. Eles são muito carinhosos e atenciosos tanto conosco quanto com os colegas.

Já a relação com os colegas, para P1 a relação é de cordialidade, carinho e respeito, para P2 Relação satisfatória, eles nos ajudam nas dificuldades e para P3, os alunos considerados normais sempre trabalham em conjunto com esses alunos.

Sabe-se que para aulas inclusivas acontecer o professor precisa de materiais didáticos que o auxilie nas aulas, quanto questionado se o material oferecido pelo Estado é suficiente, os professores responderam, unanimemente que não, e que faltam matérias principalmente para os deficientes visuais.

Entende-se que os alunos especiais devem participar de todas as atividades extraclases da escola, pois esses não devem ser excluídos em função de suas necessidades, questionou-se aos educadores como é participação desses alunos nas atividades na sala e nos eventos da escola.

Na sala, a participação é limitada pela capacidade de cada um, assim como também nos eventos. (P1)

Na sala, participação oral; satisfatória. Na escrita, eles contam com o suporte de colegas. Nos eventos a participação é relativa. Há alunos que participam mais, como um casal de cegos que se dispõem a participar de todos os eventos da escola. (P2)

Na sala, sentimos que eles têm vontade de participar, mas se sentem envergonhados por terem um conhecimento limitado. Nos eventos, sentem-se felizes em participar mesmo possuindo algumas limitações. (P3)

O Atendimento Educacional Especializados faz parte da vida do aluno, pois eles recebem esse acompanhamento desde as séries iniciais até o ensino médio, perguntamos aos professores como é esse atendimento, na escola.

Boa. Os profissionais que prestam serviços para o município visitam semanalmente a escola, dando-nos suporte e orientação. (P1)

Satisfatória e essencial para o desenvolvimento deles. (P2)

Muito boa. Temos uma parceria com o Município e sempre nos reunimos constantemente com profissionais especializados que nos dão o suporte necessário. (P3)

Para finalizar a pesquisa com os professores, perguntou-se quais ações da direção, dos professores, dos alunos e da família são necessárias para melhorar a permanência dos alunos deficientes na escola regular que você atua?

Estar sempre preparando os profissionais para o trabalho com esses jovens. (P1)

Parceria família-escola e preparação de profissionais (P2)

Algumas pessoas ainda precisam aprender a conviver com o outro e terem consciência de que ser diferente é normal é preciso haver uma preparação adequada por parte dos profissionais que trabalham com esses alunos. (P3).

O professor é fundamental no desenvolvimento desses alunos, nota-se que é preciso um conjunto de ações, pessoas e materiais para que a inclusão aconteça, falta muito para acontecer a sua efetivação, mas os primeiros passos já foram definidos, e os professores da rede Estadual contam com o suporte do Município para que esse desenvolvimento escolar do aluno seja realizado com êxito.

3.2 O olhar dos alunos

Sabe-se que para a educação inclusiva acontecer é preciso que o aluno esteja aprendendo e se adequando a realidade da escola regular. A escola precisa atender às necessidades dos alunos especiais, promovendo uma interação entre aluno e escola.

Em vista disso, realizou-se um diálogo com os alunos especiais, a primeira questão do instrumento solicitava que os alunos apresentassem quais as dificuldades de locomoção e de comunicação no espaço escolar. Os alunos

responderam que não encontram dificuldades de locomoção, já na comunicação foi ressaltado que às vezes as pessoas falam muito rápido e não param para explicar.

Na questão dois, os alunos explanavam quais as dificuldades de aprendizagem em sala, como respostas disseram que tem algumas dificuldades e alguns ressaltaram que aprendem mais no Atendimento Especializado. “Mais ou menos. O professor esquece que o aluno é surdo” (Aluno 1) . “Aprendo mais no atendimento. A leitura mais no atendimento” (Aluno 2).

Nas duas respostas acima percebe-se as dificuldade encontradas pelos alunos, vale ressaltar o que disse os professores, são um número significativo de alunos por turma, o que impede de um trabalho mais específico com os especiais , o aluno ressalta que o professor esquece que ele é surdo.

A terceira questão do questionário pedia que os alunos apontassem quais as disciplinas que eles sentiam mais facilidade. As respectivas disciplinas foram Português, Biologia, Inglês e Educação Física e o motivo da escolha da disciplina foi unânime entre os alunos entrevistados, eles escolheram essas porque os professores das mesmas davam mais atenção.

Podemos observar como a postura do educador ao ministrar as aulas, faz diferença na vida dos alunos, as disciplinas foram escolhidas não pelo grau de facilidade/dificuldade, foram elencadas pela postura do professor.

É interessante notar quais são as dificuldades que esses alunos encontram, na escola regular. Segundo os entrevistados as maiores dificuldades são as provas, as atividades e a dificuldade que o professor tem para explicar. Ao serem questionados sobre qual medida adotada pelo professor para superar essas dificuldades, os alunos responderam que o docente precisa explicar mais lento, e perguntar se eles entenderam.

No percurso do questionário, foi perguntado aos alunos se eles recebiam o mesmo tratamento que os demais alunos, e as respostas foram unânimes, todos afirmaram serem tratados como os colegas.

Todos os alunos participantes da pesquisa também afirmaram receber atendimento de algum profissional na escola, no caso da instituição pesquisada, recebem atendimento de uma professora de Atendimento Educacional Especializado, alguns ainda ressaltaram que fora da escola recebem outros atendimentos com especialistas como fonoaudiólogo e fisioterapeuta.

Sobre os eventos extraclasse, os alunos afirmaram que participam, e citaram gincana e futebol como exemplo. Sobre a preferência de estudar em escola regular ou escola especial, os alunos não souberam responder, pois todos eles só estudaram em escola regular, não conhecem o espaço e o funcionamento da escola especial.

Sobre a relação com os demais colegas, com os professores e com a direção, os alunos afirmam que o comportamento desses para com eles é bom, e que todos os tratam bem.

Foi importante a questão 13, a qual perguntava sobre o Atendimento Especializado, pois os alunos entrevistados ressaltaram que o AEE é bom, e que é no Atendimento que eles conversam e que a professora explica as coisas.

Ao questioná-los sobre o que os incomodavam na escola, os alunos citaram que são os colegas que sujam a escola e que os alunos conversam demais. E ao perguntar sobre as melhorias que deveriam acontecer no ambiente escolar eles disseram que se os alunos fossem mais calmos, quietos, para eles poderem aprender.

E ao serem questionados sobre as atividades que os professores deveriam aplicar e quais não deveriam aplicar, os alunos citaram apenas as que não devem ser aplicadas, que são provas muito difíceis e que o professor fala muito e não coloca no quadro.

3.3 A visão do professor de Atendimento Educacional Especializado

O grande desafio da inclusão escola nos dias atuais, como já foi citado anteriormente, são os desafios e a falta de recursos para a prática pedagógica. Nessa perspectiva, o professor de Atendimento Especializado, está presente para dar suporte aos professores da educação básica e aos alunos com necessidades específicas.

Dialogou-se com professores de AEE sobre o trabalho desenvolvido na escola com esses alunos. No decorrer das entrevistas, eles descreveram suas concepções de acordo com as suas práticas.

Sobre a inclusão nas escolas em que atende, o profissional ressaltou que a inclusão acontece nos aspectos sociais, mas não nos aspectos pedagógicos. Sobre como funciona o trabalho do professor de AEE, foi explicado que é um atendimento

de complementação e suplementação educacional aos alunos com necessidades especiais no contra turno escolar.

Ao ser questionado sobre quais as dificuldades encontradas pelos alunos na realização das tarefas, obteve como resposta, que é devido há não existir uma adaptação pedagógica que se encaixe na realidade de cada necessidade.

Para o professor de AEE, o professor da educação básica, para suprir as necessidades dos alunos com necessidades específicas , deve procurar apoio pedagógico em instituições que ofertem cursos.

Sabemos que para um bom êxito na inclusão faz-se necessário acessibilidade nos espaços escolares, sobre esse assunto o profissional entrevistado avalia como boa a acessibilidade, a escola pesquisada tem rampas, banheiro adequado.

O estado não disponibiliza material específico para esse atendimento, os materiais utilizados são confeccionados pelos profissionais de acordo com a realidade de cada aluno, tudo feito por construção própria, jogos, pinturas, em sua maioria feitos com material reciclado. O desenvolvimento dos alunos que recebem o atendimento pode ser percebido nessa fala de uma profissional.

“O desenvolvimento é de forma processual, realizando as atividades diárias, de forma qualitativa e não quantitativa”

Em observação aos atendimentos foi notório isso, o professor de AEE, não valoriza quantas atividades o aluno já conseguiu fazer, mas o quanto ele vem melhorando a cada dia.

Para o professor de AEE, a participação dos professores da educação básica poderia ser mais frequente.

Para que determinado aluno receba esse atendimento na escola, o primeiro passo é a instituição escolar conversar com a família e enviar um encaminhamento, solicitando uma avaliação. Quando não é a escola que pede esse encaminhamento, o mesmo é feito pela rede CRAS, através de relatórios, quando o aluno já faz acompanhamento no Centro.

Tanto os alunos da rede pública regular como os alunos que estudam em escola especial, como por exemplo, a APAE, todos têm direito a atendimento especializado, uma vez que esses profissionais são mantidos pelo município, mas estão disponíveis para atender a todos os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi abordado, entende-se que a educação é direito de todos e faz parte do contexto histórico e político que aos poucos foi evoluindo através de políticas públicas e leis educacionais. A importância da inclusão corresponde não apenas a uma necessidade do alunado ou da escola; muito mais do que isso, é uma questão de assegurar direitos a uma educação de qualidade a esses alunos com alguma necessidade específica, matriculados na rede pública. Nessa perspectiva, e inclusão foi discutida, brevemente, nesse estudo, a fim de ressaltar que as escolas devem estar aptas e preparadas para receber a todos os alunos, sejam eles com necessidades específicas ou não, para que juntos possam ter acesso ao ensino de qualidade, e que tenham suas diferenças respeitadas.

A realização deste estudo, possibilitou uma reflexão ampla em torno da inclusão, pois, para a mesma acontecer de fato, faz-se necessária uma articulação entre a rede Estadual, Municipal e o investimento na capacitação de profissionais, para atender esses alunos. Constatou-se, a partir dos depoimentos dos envolvidos nesta pesquisa, que os professores realizam atividades didático-pedagógicas tentando fazer a inclusão acontecer, atitudes, relativamente, pequenas, mas que estão ao alcance, visto a pouca capacitação profissional.

Os professores demonstraram conhecer a importância do trabalho embasado na prática inclusiva, reconhecem as dificuldades encontradas em sala, porém, suas falas levam a inferir que ainda é pouco, pois não estão preparados e não recebem material didático e encontram muita dificuldade, pois, o número de alunos, por turma é bastante significativo, impossibilitando uma atenção voltada para as atividades desses alunos.

Diante disso, faz-se necessário o repensar das práticas pedagógicas, visto que é preciso acompanhamento, especialização e melhores qualidades de trabalho, é preciso ferramentas para uma prática pedagógica, de fato, inclusiva.

É preciso articulação, das instituições e dos profissionais, bem como do Estado, para evitar a exclusão desses alunos, ao invés de inclusão, e resgatar alunos que por vários motivos estão evadindo das instituições escolares.

A partir dos resultados dos diálogos, pode-se inferir que os alunos têm o desejo de melhorias nas aulas e que o atendimento educacional especializado, é fundamental para o desenvolvimento das competências desses alunos.

Defendem-se, neste estudo que são muitos os desafios encontrados na prática pedagógica inclusiva, é preciso o cumprimento das leis vigentes, pelas instituições de educação básica, e que estejam preparadas para atender a todos os alunos, tenham professores capacitados e saibam atuar em sala, mesmo diante das limitações dificuldades ou diferenças do alunado. Toda comunidade escolar, a família e a sociedade como um todo devem ser mais discernidos a respeito da inclusão, e o governo precisa cumprir com seus deveres, enviando verbas, materiais didáticos, adaptação do espaço físico, oferecer aos professores cursos de especialização, além de investir no atendimento educacional especializado a todos que necessitem.

A educação inclusiva precisa ser continuamente revista, e ser objeto de estudo entre estudantes, principalmente os de licenciatura, para que as diferenças e limitações sejam respeitadas no espaço escolar e de fato acontecer a inclusão, sem atitudes, ora, exclusivistas.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Antonio. **A NOVA LDB**, Lei n 9.394/96- Análise e Aplicação. Salvador, dezembro de 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

CARVALHO, Rosita Edler. A nova LDB e a educação especial. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

Declaração de Salamanca – **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**: Brasília. DF: Corde, 1994.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores?** In: MANTOAN, Maria Teresa Egler. (org.) A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista Semi-estruturada: Análise de objetivos e de roteiros. Disponível em: www.sepq.org.br/llsipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf/sm11sm11ss01_09.pdf acessado em 20 de jan.2013.

MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001.

MOTTA, Elias de Oliveira. Direito educacional no século XXI: com comentários a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional . Brasília: UNESCO, 1997.

PIAGET. J. INHELDER, B. La representation de **l enfant**. Paris: PUF.1947.

SOUZA, Lucimêre Rodrigues de, SILVA, Luciene Maria da (orgs) **.Estudos sobre formação e educação inclusiva**. Salvador, EDUNEB, 2013.

Vigotski, L.S. **Obras Completas**: Fundamentos de Defctología tradução. Maria Del Carmem P. Fernández. Cidade de La Habana. Editorial PeublyEducación, 1995.